

(RE)CONFIGURANDO E ANALISANDO O MOBREAL EM PATOS DE MINAS/MG. (1970-1980).

LENI RODRIGUES COELHO¹

UFU

Eixo Temático 1: Políticas Educacionais e Movimentos Sociais.

Diante das discussões desenvolvidas, acerca da educação de jovens e adultos, (MOBRAL) no projeto de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, procura-se apresentar uma temática de grande relevância para o meio acadêmico, em razão de se discutir uma problemática renegada a um plano secundário, tanto pelos governantes quanto pelos teóricos da educação, com raras exceções. Metodologicamente, o trabalho estará centrado em documentos oficiais, anuários do IBGE, artigos de jornais e entrevistas orais com ex-professoras, ex-supervisora ex-alunos do MOBREAL.²

No Brasil, a discussão acerca da educação de jovens e adultos é antiga, porém em termos de história das legislações educacionais é recente, pois a alfabetização de adultos veio aparecer pela primeira vez apenas em 1971, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/71). A Lei 5.692/71 dedicou um capítulo ao ensino supletivo, onde estabeleceu no art. 24, alínea a, que o ensino tem como função “*suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade próprio*”.

No entanto, percebemos que no período do Regime Militar a alfabetização de jovens e adultos, propiciava apenas as habilidades de ler e escrever, não preocupando assim, com a formação humana dos indivíduos.

O MOBREAL foi criado pela Lei nº5.379, de 15 de dezembro de 1967, porém sua implantação no município de Patos de Minas só ocorreu no dia 17 de setembro de 1970, demorando, portanto, quase três anos para o projeto sair do papel. O projeto MOBREAL iniciou suas atividades em janeiro de 1970 em caráter experimental, sendo oferecido inicialmente para trinta e duas cidades e começando sua operação em grande escala a partir de setembro do mesmo ano. O Jornal Folha Diocesana, do mês de janeiro de 1970, traz um

¹ Discente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

² Os sujeitos entrevistados não aceitaram que fossem reveladas suas identidades, pois , ainda guardam o ranço da ditadura até hoje.

artigo relatando as ações do MOBRAL em termos nacionais, isso mostra, que essas discussões eram acessadas aqui na região.

Trinta e duas cidades foram selecionadas pelo plano que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), do Ministério da Educação e Cultura, deverá realizar em 1970, visando a beneficiar 1 milhão e 300 mil brasileiros (...). O projeto de 1970, deverá ter caráter experimental, levando em conta métodos funcionais aplicados pela UNESCO em vários países, levando-se de todos os canais de comunicação de massa e do ensino tecnicamente organizado. (FOLHA DIOCESANA, Patos de Minas, 08 de jan. 1970).

O projeto MOBRAL, por ter sido implantado durante a Ditadura, foi controlado por este, pois em sua concepção a educação seria apenas para a qualificação de mão de obra e não para levar o indivíduo á reflexão. Neste contexto, não prevaleceram princípios como conscientização e participação, pois tais princípios poderiam levar a uma “transformação social”, e o que importava naquele momento era o controle de rebeldia da sociedade como um todo. Embora pregassem a ideologia de que o indivíduo tinha total liberdade para fazer suas escolhas, bem como se posicionar diante de discussões sociais, exercendo assim, seu papel de cidadão. Sobre a disciplinarização dos corpos Foucault (1997) afirma que:

Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas. A escola, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalha-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica-movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo.(FOUCAULT, 1977: 126).

Para Corrêa (1979), o MOBRAL adotou um programa aberto e participativo, onde as pessoas discutiam com toda liberdade as coisas de seu mundo, no entanto existe uma distancia significativa entre o discurso oficial do MOBRAL e a realidade vivenciada em Patos de Minas. Podemos perceber essa discrepância na entrevista concedida por uma ex-professora do MOBRAL, quando perguntamos se o professor tinha autonomia didático-pedagógico. E foi respondido que:

Não, porque nossa função era apenas executar o projeto, já vinha tudo pronto, tudo pré-estabelecido. A nós cabia

somente coloca-lo em prática do jeito que era apresentado a nós. Mesmo porque éramos fiscalizadas. (Ex-professora do MOBREAL).

Portanto, percebemos que o MOBREAL foi um projeto que não poupou esforços para atingir seus objetivos, e para efetivá-los foi necessário adotar medidas coercitivas, elaborada em estatutos, códigos de postura, ações policiais e articulações com instituições privadas. A esse respeito, Foucault (1997) ressalta bem ao discutir a questão disciplinar:

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antididescerção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências sobre onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciar-lo, sanciona-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT, 1977:131).

A proposta de educação do MOBREAL era baseado nos interesses vigentes da época (Regime Militar). Para alcançar seus objetivos desenvolveu-se o discurso ideológico de que este seria o caminho mais tênue para a integração e participação. Porém, o que ocorreu foi uma visível concentração de renda nas mãos da burguesia nacional e do capitalismo internacional, uma vez que o MOBREAL reproduziu uma política educacional de cunho econômico. É o que nos afirma Jannuzzi (1979):

O MOBREAL no período em que se estudou, sofreu a influência da linha econômica abrindo-se às exportações (...), facilitou a concentração de renda pela burguesia nacional e multinacional, que atraída para cá, já nos governos anteriores, continuam a receber os incentivos para aqui se estabelecer. Essas indústrias multinacionais tendem a reproduzir o modo de produção e os produtos da matriz. Assim sendo, o mercado interno que se expandiu no Brasil foi de modo a facilitar a venda desses produtos. (JANNUZZI, 1979: 55).

No período do Regime Militar, o indivíduo era considerado um ser marginalizado e o MOBREAL culpava-o pelo atraso do país, por isso, iniciou suas atividades em 1970 de forma sistemática e massiva, com o intuito de erradicar o analfabetismo até 1980. Para que isso ocorresse, foi necessário instalar Comissões Municipais para executar suas atividades.

No entanto, a orientação, a supervisão pedagógica, bem como a produção de materiais didáticos, eram centralizados (Rio de Janeiro/MOBRAL CENTRAL), ou seja, não houve a participação dos profissionais da educação. Segundo Haddad (2000):

Estávamos em 1970, auge do controle autoritário pelo Estado. O MOBRAL chegava com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo, classificando como 'vergonha nacional' nas palavras do presidente militar Médice. Chegou imposto, sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade. As argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias. Havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio nas oposições, intensa campanha de mídia. Foi o período de intenso crescimento do MOBRAL.(HADDAD, 2000:.116)

Segundo Corrêa (1979), o MOBRAL tinha o objetivo de integrar o mobralense no mercado de trabalho, o que elevaria os índices de crescimento econômico, além de propiciar ao indivíduo, o desenvolvimento da autoconfiança da valorização da liberdade e da responsabilidade. Para o referido autor, este programa possibilitaria ao aluno a conscientização de seus direitos e deveres, dando a estes, a oportunidade de escolher as melhores formas de participação na sociedade. Entretanto, se percebe, que estes objetivos não passaram de ideologias, uma vez que neste contexto os interesses políticos sobressaiam, onde os mais importantes, eram mostrar para a sociedade que estavam combatendo o analfabetismo como também, atrair eleitores. É o que nos afirma a pesquisadora Vanilda Paiva (1987).

Politicamente, o programa de massa poderia contribuir para modificar ainda o equilíbrio eleitoral no interior e orientar os novos eleitores no que concerne á reorganização da vida política do país, através dos novos partidos. Poderia ainda demonstrar a muitos setores da população que não havia desaparecido o interesse federal pelo problema, servindo para formar uma nova imagem do governo junto a algumas camadas.(PAIVA, 1987: 295).

No município de Patos de Minas, pudemos perceber através do depoimento de uma ex-professora do MOBRAL, que não havia a liberdade de expressão, e que o projeto pregava o discurso, onde teoria e prática divergiam.

É, acho assim, no momento de extrema repressão, que nós estávamos no auge do Regime Militar, o MOBRAL não passou de um lindo projeto como tanto outros que não saiu do papel. Mas uma ideologia política como tantas outras.(Ex-professora do MOBRAL).

Portanto, fica evidente que não era de interesse dos governantes que o MOBRAL levasse o indivíduo à reflexão, pois o relevante seria ensiná-los a assinar o nome para aumentar o número de eleitores. Diante disso, os alunos tornavam-se “presas fáceis” para os políticos, uma vez que não tinham consciência da realidade vivenciada, nem condições intelectuais para interpretar os discursos políticos pregados naquele momento. Isso pode ser confirmado no relato da ex-professora do MOBRAL, no que tange, aos objetivos do projeto MOBRAL.

(...) ensinar a ler e escrever, pra aumentar o número de eleitores e não pra criar um cidadão que pudesse estar crescendo, desenvolvendo, buscando sua melhoria na qualidade de vida (...). Eles não tinham condições de interpretar nem um discurso de um político, nem um texto político (...). Eles liam, mas não interpretavam, aprendiam a ler e escrever, o que facilitava então pra tirar o título de eleitor e votar. Só isso.(Ex-professora do MOBRAL).

O discurso relatado pelas ex-professoras anteriormente, converge com o discurso dos ex-alunos, uma vez que estes, se consideram leigos no que tange ao tema política. Estes alunos percebiam o movimento de políticos nas escolas, porém, não tinham consciência de que por trás das visitas, dos discursos e dos presentes, havia o interesse político. Isso ocorria, por o aluno não ter criticidade para perceber o contexto em que estava inserido. É o que nos mostra o relato de um ex-aluno do MOBRAL:

A genti sabia poco sobri esti assuntu, mais a genti via eles rabianu as iscola. Sempri ia visitá, levava lanchi, coisas gostosa pra genti cumer. Levava leiti, leiti em pó, mais a genti era leigu nesti assuntu. Não sabia.(Ex-aluna do MOBRAL).

Para Corrêa (1979), o MOBRAL veio para modificar o panorama educacional, econômico e social da população menos favorecida. Entretanto, percebemos através de entrevistas com ex-alunos do MOBRAL de Patos de Minas, que isso não ocorreu, já que os mesmos, são pessoas humildes e possuem uma baixa estima acentuada.

(...) É vontadi mermo de aprendê assinar menu o nomi. É qui eu num sabia nada. Intão comu diz o casu, já tava veia, a cabeça tava ruim, aí eu fiquei só um meis, num aprindi quais nada não.(Ex-aluna do MOBRAL).

No que tange a situação social, perguntamos se houve alguma alteração ao ingressar no MOBRAL, e a ex-aluna respondeu que “*num hovi não. A alteração (...) é sair preocupada com a casa e os minimu, num tinha mais nada não*”.

O projeto MOBRAL, pregava o discurso de que seu alfabetizador era conscientizado para o fato de que seu aluno não era uma tabula rasa, pois já tinha uma experiência de vida e que era necessário conhecer, reconhecer e respeitar. Para o MOBRAL, o mais importante era o aluno, por isso, foram integrados temas ligados á vida cotidiana dos alunos, nas disciplinas. Porém, notamos através de entrevistas com ex-professores do MOBRAL que estes programas não levavam em conta a realidade dos alunos, e que naquele momento era importante para o governo á disseminação de suas fabulosas obras em sala de aula.

(...) É eu me lembro de um cartaz que estava a floresta amazônica, quando eles cortaram para a transamazônica . Então, a gente falava para os alunos assim, como uma obra fabulosa, gigantesca e era prá ser enfatizado sobre isso aí. E lembro também de outro cartaz (...) que estava um par de sapato social, então havia assim, uma discrepância. Não mostrava a realidade do aluno, porque os nossos alunos iam descalços ou de chinelo. Eu acho (...) que estava fora da realidade dos alunos. E como havia censura, a gente seguia mais os passos da aula, a orientação que a gente tinha da nossa coordenadora.(Ex-professora do MOBRAL).

De acordo com Corrêa (1979), o analfabetismo era visto pelo MOBRAL como uma chaga que deveria ser erradicada, e por isso, seus esforços estariam concentrados na população com faixa etária de quinze a trinta e cinco anos, já que a grande parcela da população ativa do país, se encontravam nesta faixa etária. Corrêa, ressalta ainda que, é necessário preparar urgentemente o indivíduo para o mercado de trabalho, uma vez que o país passava por um momento de crescimento econômico e intensa urbanização. Todavia, tem se uma visão nítida de que o MOBRAL em Patos de Minas não conseguiu seduzir a população mais jovem, pois segundo a ex-professora do MOBRAL, os alunos “*eram mais idosos mesmo. A partir de quarenta, cinqüenta, até sessenta anos, por aí*”.

Diante da análise dos dados do IBGE³ de 1980, notamos que a população em Patos de Minas neste período, era bastante jovem, pois o percentual de pessoas com faixa etária entre zero e vinte e nove anos atingiam um índice de quase 70% da população entrevistada. A partir de tais dados, se percebe que o MOBRAL em Patos de Minas, ao atrair alunos

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

com faixa etária acima de trinta anos, não atingiu seus objetivos, já que sua clientela fazia parte de um percentual de pouco mais de 30% da população entrevistada. No que tange a erradicação do analfabetismo em Patos de Minas, constamos através dos dados do IBGE que em 1980, momento no qual o MOBREAL se propôs a erradicar o analfabetismo, ainda havia nesta cidade cerca de 22,36% da população entrevistada, entre cinco e dezenove anos, analfabeta. Portanto, percebemos através das documentações analisadas que o projeto MOBREAL, não saiu do papel, uma vez que seu discurso oficial não condiz com suas ações em termos práticos.

O MOBREAL apresentou-se como um órgão burocrático e com uma estrutura administrativa horizontal, o que ocasionou um nível considerável de sofisticação técnica em seu planejamento. Porém, não logrou êxito no que se refere à execução de seus programas, o que o tornou semelhante às outras campanhas de massa, desenvolvidas ao longo da história educacional brasileira. Ao fazer uma análise da entrevista concedida pela ex-supervisora do MOBREAL em Patos de Minas, percebemos a organização estrutural do projeto, como também a hierarquização das funções desenvolvidas no mesmo. Quanto às atribuições administrativas e pedagógicas da Supervisora de Área do MOBREAL, de Patos de Minas se resume:

Diagnosticar o município quanto ao número de analfabetos, implantar classes, verificar recursos humanos, financeiros e materiais, assinar convênios, verificar prestação de contas, avaliar e promover recrutamento de alfabetizadores, professores, alunos, locais e equipamentos. Capacitar todo pessoal envolvido, reciclar, orientar quantas medidas corretivas, supervisionar o funcionamento de todos os programas, elaborar planejamento com os grupos visando minimizar as falhas quanto à metodologia, realizar treinamento específicos, treinar em serviço com trabalho cooperativo promover ações voluntárias, atividades culturais, realizar cursos profissionalizantes, etc.(Ex-Supervisora de Área do MOBREAL).

O projeto MOBREAL priorizou o modelo político-econômico do Regime Militar, modelo este, em que não tinham interesses em elevar o nível das classes populares, por isso, o problema não era apenas educacional, mas principalmente político. Sua proposta de educação, por ser baseada em interesses políticos, foi necessário desenvolver um discurso ideológico, onde pregava-se o discurso de que seus alunos sairiam capacitados para integrar-se no mercado de trabalho, o que levaria a uma melhor qualidade de vida, além de prepará-los para o exercício da cidadania. No entanto, sabemos que dificilmente haveria a melhoria de renda da população carente, pois o modelo de desenvolvimento desse contexto

era excludente e concentrador de renda. Quanto à participação social, acreditamos que não seria possível, já que o MOBRAL se desenvolveu no período da ditadura, período este, em que foi reprimida a participação popular, pois neste momento, o importante para os governantes seria camuflar as desigualdades sociais, diminuir as tensões e reivindicações populares. Com isso, harmonizaria a sociedade e a elite local se legitimava. No entanto, surgiram algumas reivindicações de intelectuais que foram punidos e até exilados, por não se calarem diante de tais discrepâncias, é o que nos afirma Germano (1994):

(...) em abril de 1969 vem á tona mais um ciclo repressivo, aposentando compulsoriamente vários professores da USP e de outras universidades, quase todos portadores de grandes projeção intelectual no país e no exterior. Entre outros podemos citar: Bolívar Lamounier, Florestan Fernandes, José Lopes, Manuel Mauricio Albuquerque, Maria Yeda Lenhares, Miriam limoeiro Cardoso, Bento Prado Jr., Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, (...).Vale a pena lembrar outros intelectuais de grande relevância que foram igualmente punidos pelo “Governo Revolucionário” , como: Josué de Castro, Paulo Freire e Celso Furtado. O numero de punidos, incluindo os atingidos pelo Decreto Lei 447, monta a 263 professores e estudantes. (GERMANO, 1994: 111).

Percebemos que o MOBRAL, parte de uma visão de mundo predeterminada, pois seus objetivos eram previamente definidos pelo MOBRAL/CENTRAL, não dando oportunidade aos profissionais da educação de discutir os caminhos mais viáveis para executar tal projeto. Logo, acreditamos que o analfabetismo de jovens e adultos só poderá ser superado se houver escolas de Educação Básica de qualidade para todos, além de programas voltados para adultos de longo prazo, e processos de mobilização social, onde seja permitida a vinculação do desenvolvimento educacional com o social.